



2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo

Oficial: Gentil Domingues dos Santos

Rua Senador Paulo Egídio, 72 cj.110 - Sé
Tel.: (11) 3101-5631 - Email: registro@2rtd.com.br - Site:

REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E EFICÁCIA CONTRA TERCEIROS

Nº 3.777.246 de 27/10/2023

Certifico e dou fé que o documento eletrônico, contendo **12 (doze) páginas** (arquivo anexo), foi apresentado em 27/10/2023, protocolado sob nº 3.785.168, tendo sido registrado eletronicamente sob nº **3.777.246** no Livro de Registro B deste 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, na presente data.

Natureza:

CONTRATO PADRÃO ELETRÔNICO

Certifico, ainda, que consta no documento eletrônico registrado a seguinte assinatura digital:

CAMILA ZABA FREITAS MARMORE:(Padrão: Privado(não ICP-Brasil))

As assinaturas digitais qualificadas, com adoção do padrão ICP-Brasil, são verificadas e validadas pelo registrador, de acordo com as normas previstas em lei. No caso de assinaturas eletrônicas com utilização de padrões privados(não ICP-Brasil), o registrador faz apenas uma verificação junto à empresa responsável pelo padrão, a quem cabe a responsabilidade pela validade das assinaturas.

São Paulo, 27 de outubro de 2023

Assinado eletronicamente

Douglas Soares Saugo
Substituto do Oficial

Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 126,56	R\$ 36,06	R\$ 24,64	R\$ 6,68	R\$ 8,64
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 6,10	R\$ 2,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 211,33



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site:
servicos.cdtsp.com.br/validarregistro
e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qr code.

00211747484190122



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:

<https://selodigital.tjsp.jus.br>

Selo Digital
1126494TIFA000048327AE238

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA COM PREÇO FIXO

PARTE B – CONDIÇÕES GERAIS

I. OBJETO

- 1.1 Objeto. (a) Constitui objeto do presente Contrato a compra e venda da energia elétrica, na modalidade varejista, durante todo o Período de Fornecimento, conforme as condições previstas neste Contrato (a “Energia Elétrica Contratada”).
- (b) Caso esteja previsto na Parte A do Contrato, é parte integrante do objeto do Contrato a compra e venda de I-REC, conforme as condições estabelecidas no Anexo II do Contrato.
- (c) Caso esteja previsto na Parte A do Contrato, é parte integrante do objeto do Contrato a instalação de Telemetria na Unidade Consumidora.

II. CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

- 2.1 Do Fornecimento. (a) A Vendedora (na qualidade de representante varejista perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – a “CCEE”) obriga-se a disponibilizar à Compradora (na qualidade de representada) a Energia Contratada, mediante entrega simbólica no Ponto de Entrega, e a Compradora obriga-se a pagar pela Energia Contratada nas condições previstas neste Contrato, durante o período estabelecido na Parte A do Contrato e, quando aplicável, sujeito aos prazos específicos estabelecidos para cada unidade consumidora da Compradora (o “Período de Fornecimento”).
- (b) As Partes reconhecem que o fornecimento físico da Energia Contratada não é objeto do Contrato por tratar-se de responsabilidade da Concessionária de Distribuição de Energia Elétrica local (“Distribuidora”), e estará integralmente subordinado às determinações técnicas do Operador Nacional do Sistema Elétrico (o “ONS”) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (a “ANEEL”), inclusive em caso de decretação de racionamento de energia elétrica pelas autoridades competentes, de modo que eventuais interrupções, oscilações e queda da energia, ruídos, manutenção da rede elétrica, subtensão, variação de frequência, pico de tensão ou surto de energia, tensão excessiva ou sobretensão, não são abrangidas pelo presente Contrato por serem de responsabilidade da Distribuidora que atende a(s) unidade(s) consumidora(s) abrangida(s) no Contrato.
- 2.2 Do Início do Fornecimento. O início do fornecimento da Energia Contratada se dará efetivamente a partir da modelagem de ativos de medição de consumo da Compradora no âmbito da CCEE ou a partir do primeiro faturamento feito pela Vendedora (o que ocorrer primeiro), de maneira em que se configurará a representação da Compradora pela Vendedora perante a CCEE, conforme estabelecido em procedimento de comercialização, e vigorar até o término do Período de Fornecimento.
- 2.3 Da Prorrogação do Período de Fornecimento pela Compradora. (a) A Compradora deverá manifestar por escrito, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias antes do término do Período de Fornecimento, seu interesse ou não na prorrogação do Período de Fornecimento.
- (b) Após receber o pedido de prorrogação do Período de Fornecimento da Compradora, a Vendedora terá até 20 (vinte) dias para aceitar ou não a prorrogação do Período de Fornecimento. Sendo aceita a prorrogação do Período de Fornecimento pela Vendedora, as Partes deverão celebrar o Termo Aditivo ao Contrato ou novo instrumento, conforme aplicável, formalizando as condições da continuidade do fornecimento da Energia Contratada.
- (c) Não sendo o Período de Fornecimento prorrogado, por qualquer razão, a Compradora deverá informar por escrito à Vendedora e a CCEE, com pelo menos 90 (noventa) dias antecedência do término do Período de Fornecimento, sobre a continuidade na compra de energia elétrica junto a um gerador, outra comercializadora, ou à uma Distribuidora.

V. FATURAMENTO

- 5.1 Valor Mensal do Documento de Cobrança. (a) O valor mensal a ser cobrado pela Vendedora à Compradora corresponde a multiplicação do preço anual reajustado (R\$/MWh) pela Energia Consumida pela Compradora (conforme apuração mensal feita pela Compradora nos relatórios emitidos pela CCEE).
- (b) Energia Consumida = consumo em MWh extraído do Sistema de Coleta de Dados de Energia (o “SCDE”), considerando para todos os efeitos, as perdas de energia alocada pela CCEE aos Agentes da CCEE de 3% como incluídas no montante de Energia Contratada, descontada deste montante as respectivas quotas do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (o “PROINFA”) atribuídas à(s) respectiva(s) unidade(s) consumidora(s) da Compradora
- 5.2 Da Energia Não Contratada. Caso o consumo de energia da Compradora ultrapasse a Flexibilidade Mensal prevista na Parte A do Contrato, a Vendedora, a seu critério, poderá cobrar o excedente da energia utilizada e não contratada com base no valor praticado no mercado de curto prazo do mês de suprimento.
- 5.3 Valor Total do Contrato. As Partes desde já reconhecem que o valor total do Contrato corresponde ao preço em reais (R\$) por megawatt-hora (“MWh”) da Energia Contratada para todo o Período de Fornecimento, atualizada conforme cláusula de reajuste da Parte A do Contrato até a data da apuração em questão. O valor total do Contrato constitui dívida líquida e certa.

VI. FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1 Da Forma de Pagamento do Faturamento Mensal da Energia Contratada: (a) Conforme o prazo e o local de entrega estabelecidos na Parte A do Contrato, a Vendedora deverá enviar para a Compradora o documento de cobrança, podendo, a seu critério, disponibilizar de forma eletrônica ou física.
- (b) O pagamento do documento de cobrança pela Compradora deverá ocorrer pontualmente na data e conforme a forma de pagamento estabelecidas na Parte A do Contrato.
- (c) Se ocorrerem divergências quanto aos valores constantes no documento de cobrança, a Compradora notificará formalmente a Vendedora para a revisão da parte controversa, sem prejuízo do pagamento pela Compradora do valor incontroverso da fatura emitida pela Vendedora na data de vencimento da mesma. Havendo diferença, o valor controverso será objeto de tratativas técnicas e comerciais entre as Partes, sendo a diferença paga ou abatida na fatura do mês subsequente, ou, em comum acordo, será paga no próprio mês.
- (d) Qualquer soma contestada, que represente créditos efetivamente devidos à Vendedora ou à Compradora, terá seu valor monetário atualizado pela variação acumulada positiva do IPCA até a data do efetivo pagamento ou abatimento.
- (e) O valor apurado conforme Cláusula 5.2 da Parte B do Contrato poderá ser cobrado pela Vendedora da Compradora conforme forma de pagamento estabelecida nesse Contrato.
- 6.2 Consequências do Atraso do Pagamento. (a) Caso a Compradora deixe de pagar o documento de cobrança emitido pela Vendedora na data do vencimento, a Compradora ficará sujeita ao pagamento do valor em atraso acrescido de multa e de juros moratórios previstos na Parte A do Contrato.
- (b) Sem prejuízo do disposto na alinha (a) acima, fica a Vendedora autorizada a protestar os documentos de cobrança que não forem pagos no prazo estabelecido na Parte A do Contrato, bem como a realizar a cobrança judicial em processo de execução, servindo este Contrato como título executivo extrajudicial.

(c) Sem prejuízo das alíneas “a” e “b” acima, fica a Vendedora autorizada a cadastrar a Compradora nos órgãos responsáveis à proteção ao crédito, quando o atraso de pagamento do documento de cobrança for superior a 30 dias contados da data de vencimento.

6.3 Encargos incidentes sobre a Energia Contratada. (a) A Vendedora será responsável pelo pagamento dos Encargos incidentes sobre a Energia Contratada (os “Encargos”) até o limite de R\$ 30,00 por megawatt-hora (“R\$/MWh”), quando os Encargos excederem esse limite, o excedente será pago pela Compradora no documento de cobrança emitido nos termos desse Contrato.

(b) Faturamento Mensal da Energia Contratada será, conforme o caso, acrescido do ICMS, calculado conforme a legislação aplicável vigente.

VII. TRIBUTOS E ENCARGOS

7.1 Tributos e Encargos. (a) Todos os Tributos, incidentes ou que venham a incidir sobre o presente Contrato, deverão ser recolhidos pelo seu contribuinte ou respectivo responsável tributário, conforme disposto na Norma Legal vigente, comprometendo-se ainda a Parte responsável pelo pagamento de determinado Tributo a manter a outra Parte livre e isenta de quaisquer responsabilidades, demandas e ações de qualquer natureza em relação àquele Tributo, e observando o disposto nessa Cláusula.

(b) O Documento de Cobrança enviado mensalmente pela Vendedora à Compradora contemplará os Encargos incidentes sobre a Energia Contratada, conforme definido nos Procedimentos de Comercialização.

(c) Caso, após a assinatura do presente Contrato, haja a criação, alteração, extinção, modificação de Tributos ou dos Encargos Setoriais relacionados ao objeto deste Contrato nos termos da Norma Legal aplicável, e caso sejam comprovados tanto sua incidência direta sobre o objeto deste Contrato quanto o seu respectivo impacto financeiro, o valor do Contrato será ajustado, na exata medida dos impactos verificados, para mais ou para menos, mediante o envio de comunicação pela Vendedora, informando o evento, a data de sua ocorrência, os impactos sobre o preço e os novos valores, bem como a data em que tais valores passam a entrar em vigor.

VIII. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 Obrigação das Partes. Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Contrato, as Partes obrigam-se a:

- a) observar e cumprir rigorosamente as determinações das emitidas pela ANEEL, ONS, CCEE ou de qualquer outro agente ou órgão regulador do Sistema Elétrico Brasileiro com competência sobre a matéria;
- b) obter e manter válidas e vigentes, durante todo o Período de Fornecimento, todas as licenças e autorizações atinentes aos seus negócios sociais e/ou ao cumprimento das obrigações assumidas no presente Contrato; e
- c) informar a outra Parte, em um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados da data do conhecimento do evento, sobre quaisquer eventos, de qualquer natureza, que possam representar uma ameaça ao cumprimento parcial, integral e pontual das obrigações assumidas nos termos deste Contrato

8.2 Obrigação da Compradora. Sem prejuízo das demais obrigações aqui previstas, a Compradora obriga-se a:

- a) praticar todos os atos necessários para migrar para o ACL;
- b) informar a Vendedora qualquer alteração em seu cadastro ou societária, para que a Vendedora possa proceder com a atualização perante a CCEE;

XIII. DO RACIONAMENTO

13.1 Racionamento e Racionalização. (a) As responsabilidades contratuais, na eventual vigência de racionamento ou racionalização, bem como de quaisquer outros incentivos ou determinações da autoridade governamental para a redução do consumo de Energia de caráter emergencial, serão regidas pelas normas legais vigentes e/ou pelas Regras de Comercialização, que venham a ser definidas pela autoridade governamental.

(b) Ocorrendo Racionamento ou Racionalização ou quaisquer outros incentivos ou determinações da autoridade governamental para a redução do consumo de energia elétrica e havendo omissão desta em definir as regras a serem aplicadas ao presente Contrato, bem como inexistindo disposição nas Regras de Comercialização a regular o tema, o presente Contrato sofrerá uma redução que vier a ser adotada pela norma legal aplicável ao setor elétrico relativa ao Submercado da unidade consumidora ou do Ponto de Entrega durante o período em que perdurar o racionamento ou racionalização.

XIV. MUDANÇA DE NORMA LEGAL

14.1 Alteração da Norma Legal. (a) No caso de início de vigência ou alteração da norma legal aplicável, em especial as relativas ao funcionamento do setor de energia elétrica, que cause um desequilíbrio na equação econômico-financeira inicial das condições comerciais previstas na Parte A do Contrato, onerando excessivamente, dificultando ou prejudicando o pontual e fiel cumprimento das obrigações de uma das Partes, as Partes avaliarão, mediante solicitação justificada da Parte afetada, dentro de um período de 30 dias contado da referida solicitação, os efeitos de tal alteração da norma legal aplicável nas obrigações assumidas nos termos deste Contrato, comprometendo-se desde já a adotar medidas que restabeleçam o *status quos* antes do início da vigência ou da alteração da norma legal.

(b) para fins de esclarecimentos norma legal significa qualquer norma (constitucional ou infraconstitucional), inclusive medida provisória, estatuto, lei, regulamento decreto, convênio, ou qualquer decisão similar de qualquer autoridade Governamental.

(c) Da solicitação de avaliação referida nesta Cláusula deverão constar informações que indiquem com clareza:

- i. demonstração que a alteração da norma legal atende aos critérios especificados nesta Cláusula;
- ii. a abrangência da alteração da norma legal e seus efeitos sobre o cumprimento das obrigações contratuais da Parte afetada;
- iii. indicação de eventuais soluções alternativas que sejam do conhecimento da Parte afetada e que possam evitar a revisão do preço da Energia Contratada; e
- iv. os custos adicionais incorridos ou a serem incorridos ou, conforme o caso, a diminuição de custos propiciada pelo início de vigência ou pela alteração da norma legal aplicável, acompanhada da respectiva documentação comprobatória.

(d) As Partes reconhecem, nos termos do parágrafo único do artigo 473 do Código Civil, que a Vendedora efetuou investimentos consideráveis para comprar a Energia Contratada e prestar garantia perante a CCEE, tais custos serão considerados na aplicação dessa Cláusula se eventualmente o Contrato vier a ser rescindido pelo desequilíbrio na equação econômico-financeira inicial das condições comerciais previstas na Parte A do Contrato.

XV. LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

15.1 Limite de Responsabilidade. (a) A responsabilidade agregada máxima de uma Parte perante a outra Parte em decorrência deste Contrato não poderá ultrapassar o valor correspondente a 100% do Valor do Contrato vigente na data da apuração pertinente, conforme a Cláusula 11.1(b) da Parte B do Contrato.

